

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
-----------------	----

Capítulo 1

DA ESCRAVIDÃO À REFORMA ESTRUTURAL	29
1.1. Três quintos de um homem.....	29
1.2. As primeiras decisões.....	32
1.3. Dred Scott v. Sandford	34
1.4. A Reconstrução.....	37
1.5. A reação.....	39
1.6. O desmonte	42
1.7. Jim Crow.....	46
1.8. Brown e a segunda Reconstrução	51
1.9. O <i>Civil Rights Act</i> de 1964	57
1.10. O nascimento das <i>class actions</i> contemporâneas.....	61
1.11. Conclusões parciais.....	67

Capítulo 2

O POLICENTRISMO NO PROCESSO	71
2.1. Problemas policêntricos.....	71
2.2. A tragédia dos comuns.....	74
2.3. Um problema impróprio para a jurisdição?	79
2.4. Litígios de interesse público e litígios estruturais.....	84
2.5. O impacto no processo.....	90
2.5.1. As partes.....	91
2.5.2. O juiz.....	94
2.5.3. A prova.....	96

2.5.4.	A fase de implementação	97
2.5.5.	Síntese.....	97
2.6.	Policentrismo e litígios complexos.....	99
2.6.1.	Identificando litígios policêntricos	100
2.6.2.	Policentrismo jurídico: uma característica dos ordenamentos contemporâneos	102
2.6.3.	Policentrismo extrajurídico: uma característica de litígios estruturais	103
2.7.	O impacto na relação entre poderes	107
2.7.1.	O que é ativismo judicial?	107
2.7.2.	Litígios estruturais não estão ligados ao ativismo judicial	110
2.7.3.	Mérito simples, execução complexa I: a definição de distritos eleitorais	115
2.7.4.	Mérito simples, execução complexa II: a dessegregação escolar.....	118
2.8.	Uma esperança vazia?	120
2.8.1.	Três deficiências e quatro condições	121
2.8.2.	Uma decisão inútil?	124
2.9.	Desembaraçando as críticas	125
2.9.1.	A obtenção de informações.....	128
2.9.2.	O ovo, a galinha e a interação entre os poderes.....	129
2.10.	Os verdadeiros problemas.....	133

Capítulo 3

AS RAZÕES DO DECLÍNIO: O OCASO DA REFORMA ESTRUTURAL NOS ESTADOS UNIDOS		141
3.1.	A difícil comprovação de um padrão de conduta e da probabilidade de sua repetição.....	141
3.2.	Prevenção ou conjectura?	144
3.3.	A problemática visualização de questões comuns	149
3.4.	Pensando individualmente o processo coletivo	153
3.5.	As <i>class actions</i> em decadência	160
3.6.	O apego à tutela ressarcitória	164
3.7.	A ascensão conservadora	170
3.8.	A resistência.....	173

3.9. A transformação.....	177
3.10. Um instituto próprio ao direito americano?	184

Capítulo 4

A FASE DE IMPLEMENTAÇÃO: O MÉTODO JUDICIAL DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS POLICÊNTRICOS	193
4.1. Tateando no escuro.....	193
4.2. A definição de <i>standards</i> de conformidade	199
4.2.1. A redução da complexidade por ato normativo	200
4.2.2. O método de comparação institucional.....	202
4.2.3. A adoção de critérios elaborados por fontes independentes	205
4.2.4. O juízo de concreção	210
4.3. Estratégias de cumprimento	214
4.3.1. A estratégia absenteísta	218
4.3.2. A estratégia colaborativa	225
4.3.3. A estratégia competitiva	231
4.3.4. A estratégia diretiva	238
4.4. Perturbações na reforma estrutural.....	245
4.4.1. O paradoxo da conformidade	246
4.4.2. A interferência de terceiros	249
4.4.3. As mudanças contextuais	255
4.5. Validando as estratégias de cumprimento: o processo estrutural e a criação de arranjos normativos complexos.....	259
4.6. O procedimento de cumprimento de sentença brasileiro é adequado ao cumprimento de decisões estruturais?	265
4.7. A recuperação judicial como norma subsidiária	270
4.8. Pequenas grandes diferenças	273
CONCLUSÃO	279
REFERÊNCIAS	283
LISTA DE CASOS	297